

ANC ANCK

Sant'Anna e PFL querem mudar parlamentarismo

As negociações visam obter a manutenção do Presidente da República como Chefe do Governo

O Centro Democrático do PMDB, liderado pelo deputado Carlos Sant'Anna e o PFL estão iniciando negociações para impedir que o neoparlamentarismo que reduz os poderes do presidente da República, seja aprovado no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Ontem, durante reunião da mesa da Câmara, o deputado Ulysses Guimarães, que defende o presidencialismo, admitiu que neoparlamentarismo, como está proposto no relatório da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, poderá ser aprovado pela Constituinte. Carlos Sant'Anna pretende obter das lideranças do PMDB alterações no projeto para manter o presidente da República como chefe do Governo e o PFL está decidido a intensificar a defesa do presidencialismo.



Benedita da Silva, sob os olhares atentos de Mário Maia e Arnaldo de Sa, e a primeira mulher a presidir uma sessão plenária

Líder acredita em acordo

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, alimenta a esperança de chegar a um acordo com as principais lideranças do PMDB para promover alterações na proposta parlamentarista, quando da primeira votação em outubro, de forma a reconstituir a chefia do Governo para o presidente da República, com poder de nomear e destituir o primeiro-ministro, ainda que tenha de ouvir o Conselho de Estado e se explicar ao Congresso.

Sant'Anna observou que algumas das mais importantes lideranças do PMDB acordaram para o fato de que não se trata de conceber um regime para ser praticado durante o Governo Sarney, mas para o futuro. Todos já entenderam que um presidente da República eleito, nos dois turnos de votação, com 40 milhões de votos, não iria se submeter a um deputado primeiro-ministro eleito com apenas 60 mil votos.

A RECONSTITUIÇÃO

Na proposta parlamentarista aprovada pela Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, que teve como relator o deputado pernambucano Egídio Ferreira Lima, está previsto que o presidente da República poderá destituir o primeiro-ministro, por grave incompatibilidade de entre os dois.

Mas o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) diminuiu os poderes do presidente da República quando conseguiu aprovar um dispositivo, quase ao final da votação, limitando a destituição do primeiro-ministro apenas duas vezes durante todo o seu mandato de cinco anos. Essa é uma restrição intolerável que transforma o presidente da República em rainha da Inglaterra.

Lá está dito, segundo o parlamentar baiano, que o presidente da República é o chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas. A idéia de

Sant'Anna é apresentar um pequeno adendo de forma que o presidente da República se transforme, também, em chefe de Governo, como seria o natural.

O Dr. Ulysses, o senador Rícha, o senador Mário Covas e o senador Fernando Henrique Cardoso, entre outros — acentuou Sant'Anna — já compreenderam que estamos formulando um regime para o futuro e que não teria sentido construir uma fórmula que será certamente uma fonte de crises institucionais.

Sant'Anna observa que, na eleição de 15 de novembro de 1989 será eleito um presidente da República com cerca de 40 milhões de votos num eleitorado que andará estimativamente em volta dos 70 milhões.

Já pensou um presidente da República forrado com essa legitimidade se submeter a um primeiro-ministro que governará enquanto ele exercer a papel de rainha da Inglaterra? E preciso pensar muito nisso antes de cometermos um grave erro, disse o líder do Governo na Câmara.

Sant'Anna está convencido de que haverá meios de negociar o adendo que transforme o presidente da República no chefe do Governo, e mais ainda, suprimir o dispositivo criado através de emenda de seu contrarredor, o deputado Jorge Hage, que limita a apenas duas vezes o direito de o presidente da República demitir o primeiro-ministro durante todo o seu mandato.

O Conselho de Estado, a quem o presidente da República terá de ouvir, caso decida demitir o primeiro-ministro, seria integrado pelos presidentes da Câmara e do Senado e pelas lideranças dos partidos que apoiam o Governo. Houve a sugestão de incluir o presidente do Supremo Tribunal Federal, mas a tendência é de não aceitá-la, em face da necessidade de preservar a autoridade e isenção do Poder Judiciário no julgamento dos atos do Governo.

Novo sistema é "perigoso"

A defesa do sistema presidencialista começou a ser feita com mais intensidade pelo PFL, que considera perigosa a adoção do neoparlamentarismo, aprovada na Comissão de Organização dos Poderes. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, presidencialista, admitiu ontem a aprovação do parlamentarismo durante reunião da mesa da Câmara.

O deputado César Cals Neto (PDS/CE) anunciou que na próxima reunião da bancada pedessista proporia uma manifestação em favor do parlamentarismo, que considera o regime mais adequado para evitar as crises institucionais. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), e o líder na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), são presidencialistas.

VIABILIDADE

Apesar dos esforços dos partidários do presidente José Sarney em defesa do "presidencialismo mitigado" ou de "equipotência de poderes", como o chama o presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), o parlamentarismo está crescendo na Constituinte. Esse clima refletiu-se na reunião da mesa da Câmara, ocorrida ontem de manhã, quando houve o seguinte diálogo:

Homero Santos (PFL/MG 1º Vice) — "Há vários requerimentos de informações pendentes. Os ministros quase não respondem."

Ulysses Guimarães (PMDB/SP — presidente) — "Se for aprovado o regime parlamentarista isso não acontecerá. Os ministros virão com frequência à Câmara."

Albérico Cordeiro (PFL/AL — 2º secretário), olhando para Ulysses: "Então nós estamos bem. Vamos ter acesso fácil ao primeiro-ministro?"

Ulysses Guimarães — "Essa conversa está ficanc"

do muito perigosa. Vamos mudar de assunto".

Todos os presentes riram, mas mudaram de assunto.

DEFESA

A sustentação do presidencialismo pelo PFL caracterizou-se, ontem, pelas várias manifestações de constituintes do partido contra o neoparlamentarismo. Além das entrevistas, houve dois pronunciamentos: um do deputado Jofran Frejat (DF) e outro do senador João Menezes (PA), que atua como primeiro vice-líder.

Depois de enfatizar que "a mudança de sistema de governo não pode emergir como fruto do desentendimento entre os poderes", Jofran Frejat frisou que a adoção do parlamentarismo sem condições é altamente perigosa. "Já vivemos isso em 61/62 como tragédia, não podemos e não devemos reeditá-los, agora, como comédia".

Lamenta que estejam sendo propostas fórmulas experimentais, "como se o País fosse enorme tubo de ensaio e o seu povo simples cobaia, submetidos à alquimia de aprendiz de feiticeiros. A pressa traz, até mesmo na indefinição do novo sistema, traços de comédia, antes mesmo de aberto o pano de boca dos acontecimentos. Protejam Deus para que não se transforme em tragicomédia ao cair da cortina".

As crises políticas podem, no entender de Jofran, irromper com base em idéias ou divergências partidárias, mas os fatores econômicos são o núcleo essencial. "Há sistema de governo que assegure a estabilidade econômica? Se houver vamos buscá-lo. A outra reflexão é a seguinte: a instabilidade econômica deve servir de instrumento para mudança do sistema? Ou apenas estaremos tirando do sofá da sala?" indaga Frejat, que se considera presidencialista.

Artistas vão ao comício das diretas

Lucélia Santos, Taiguara, João Nogueira, Zé Keti, Carmem Costa e Cidinha Campos. Estes artistas já confirmaram presença no comício do próximo dia 7, na rampa do Congresso, em defesa das eleições diretas em 88. Ontem à noite, os organizadores do evento ainda aguardavam a confirmação de Milton Nascimento, Alceu Valença, Chico Buarque e Sócrates. Com a intenção de levar uma verdadeira multidão aos gramados do Congresso, os líderes dos partidos comprometidos com as diretas (PT, PDT, PCB, PC do B e PSB), além de pedemebistas como o senador Afonso Camargo (PR), voltam a se reunir hoje para discutir os preparativos do comício. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, acredita que a pressão popular será fundamental para reverter a atual tendência da Constituinte de fixar em 5 anos o mandato do presidente Sarney.

"Só o povo conseguirá inviabilizar o pacto do diabo, que prevê 5 anos para Sarney e parlamentarismo para Ulysses", advertiu o deputado pedetista. Segundo ele, o comício servirá ainda para estimular a mobilização popular em torno dos trabalhos da Constituinte e nacionalizar o movimento contra o arrocho de salários contido no Plano Bresser.

Para reeditar o sucesso da campanha pelas diretas-já, de 1985, os partidos envolvidos com o comício não pretendem poupar esforços. Além dos artistas figuras de destaque da oposição, como Lula e Brizola, estão com presença confirmada. Entre os defensores das diretas dentro do PMDB, ainda se aguarda resposta do líder Mário Covas.

Ulysses: não sei de Centro Democrático

Com frases de impacto, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, procurou ontem minimizar o movimento do Centro Democrático dentro da legenda, botando por terra declarações feitas minutos antes pelo deputado Expedito Machado (CE), que trabalha não só para fortalecer esse grupo como ampliá-lo, ao transformá-lo numa frente pela qual terão que passar as grandes negociações dentro da Constituinte. Ulysses disse: "Não sei de nada disso. Existe isso? Só reconheço o PMDB e não entro mais nesse assunto".

Mas então eles não deixam o senhor ser primeiro-ministro — insistiram os repórteres. O presidente, bem-humorado como não aparecia há muitos dias, aceitou a provocação: que me importa se não sou candidato. Para ele, o que existe é PMDB, onde, pela lei e estatutos, tudo se decide no voto. Depois, lembrou que nos grandes momentos, o partido se une e harmoniza, como espera que aconteça na Constituinte.

Já Expedito Machado, que numa reunião realizada à noite em sua casa tratou de abrir espaço às negociações visando transformar o Centro numa Frente Democrática, acha que é possível no futuro ter nesse movimento o embrião de um novo partido. Admitiu também que nada demais existe em permanecer no PMDB com tais posições, "porque o partido não existe mais, perdeu sua identidade e só resta agora a sigla".

Lembrou então que se conseguir reunir cerca de 200 ou mais constituintes ao seu lado, terá condições de firmar posições nas negociações, sobre todos os temas, assinala Expedito Machado, que pensa formar um bloco parlamentar de centro.

Lula conversa mas rejeita o pacto de Maciel

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, esteve ontem na liderança do PT para conversar com o deputado Luís Ignácio Lula da Silva e com os quatro vice-líderes, dando a largada para o pacto entre os partidos políticos que pretende consolidar dentro do mais curto espaço de tempo possível. Maciel busca uma saída política para os problemas sociais e econômicos, inclusive os surgidos na Constituinte, e acredita que com isso será possível promulgar uma Constituição mais avançada que a atual. O presidente do PFL, entretanto, não encontrou em Lula, pelo menos por enquanto, um forte aliado.

Esse tipo de pacto é irreal. Não acredito em pacto político, nem em pacto social. Na medida em que o PMDB e o PFL têm sozinhos a maioria absoluta do Congresso, poderiam desenvolver uma política social justa, uma política econômica que distribuisse a renda, sem precisar conversar com os demais partidos", afirmou o líder do PT antes do início da reunião. Duas horas mais tarde, logo após a saída de Maciel da liderança do partido, Lula garantiu não ter mudado de idéia: "Quando se fala em pacto político você joga para segundo plano qualquer possibilidade de conversação", argumentou.

De qualquer maneira, o deputado não descartou totalmente a possibilidade de aderir ao pacto. "Mas é preciso que eles — PMDB e PFL — se acertem primeiro, para que a sociedade tenha tranquilidade". O PT, segundo seu líder na Câmara, faria algumas exigências: a primeira delas seria resolver o problema social. "Se você não tiver uma proposta concreta para elevar o salário mínimo, para devolver para a classe trabalhadora o seu poder aquisitivo, para se discutir a questão da distribuição de terra, da reforma agrária, você não vai conversar com mais ninguém nesse País", afirmou. O senador Marco Maciel, por sua vez, prometeu apresentar uma proposta mais detalhada em um próximo encontro, ainda sem data prevista.

Mais otimista que Lula, Maciel classificou a conversa de "um encontro preliminar" e defendeu que neste momento seria "adequado" fazer um acordo político para encaminhar a transição, o que ajudaria também a encontrar saídas para os problemas conjunturais.

Segundo o presidente do PFL, "nos programas partidários há pontos convergentes que poderiam ser passíveis de entendimento. E sem entendimento não vamos superar a crise", previu.

Marco Maciel, entretanto, não deixou claro o que pretende propor ao PT e aos outros partidos nos encontros que continuará a manter. "Tenho idéias sobre o pacto, mas não posso detalhá-las", justificou-se, ao lembrar que o presidente José Sarney vê com bons olhos a sua iniciativa. De acordo com Maciel, Sarney gostaria de ver consolidado um pacto social, mas reconhece que tal objetivo é difícil de ser atingido. "Um pacto político seria um início porque é mais fácil", avaliou o senador. "Certamente o presidente Sarney não daria o seu apoio, indispensável para que esse acordo efetivamente dê os resultados que nós esperamos", afirmou.

BRIZOLA

Antes de conversar com o ex-governador Leonel Brizola sobre o pacto social, o senador Marco Maciel será sabinado pelo líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro. Dependendo da proposta que vier a apresentar, Maciel poderá não conseguir a entrevista com Brizola.

Segundo o líder Brandão Monteiro, o seu partido aprovou uma série de "questões inarredáveis" que coloca como pressuposto qualquer tipo de entendimento com o Governo. Uma dessas questões é a realização de eleições diretas para a Presidência da República no próximo ano. Outra é a adoção de medidas econômicas nada parecidas com o chamado Plano Bresser.

"Em nosso partido há uma hierarquia, por mais que nos acusem de caudilhos. Antes de Brizola, o senador Maciel terá que entender-se comigo. Se o entendimento não for possível em torno de pontos mínimos, não há porque prolongarmos a conversa", advertiu Brandão.

De acordo com o deputado pedetista, em primeiro lugar é preciso que o senador do PFL esclareça o que entende por pacto político. "Naturalmente ele nos trará uma proposta concreta, pois não se faz pacto em torno de abstrações. Veremos o que é possível aceitar".

O encontro de Marco Maciel com Brandão Monteiro está marcado para as 10 horas de hoje, na liderança do PDT na Câmara.

Sarney vai insistir no pacto político

O presidente José Sarney insiste em formular o pacto social com a sociedade brasileira, especialmente com a classe política, por considerar de fundamental importância para a coroação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Essa sua posição será repetida mais uma vez na noite de sábado, durante jantar na Granja do Torto, a partir das 20h30min, que vai oferecer aos cientistas políticos que estão participando do simpósio: A Transição Política: Necessidades e Limites da Negociação, organizado pela Universidade de São Paulo (USP).

Apesar de não ter conseguido convencer os líderes empresariais, trabalhistas e políticos a formularem o pacto social, o presidente

Benedita preside, ri satisfeita e agrada

A deputada negra Benedita da Silva (PT-RJ) presidiu ontem, pela primeira vez, a sessão plenária da Constituinte, embora por apenas 26 minutos e ladeada por dois superiores hierárquicos na composição da mesa. Depois comentou a cadeira da presidência pesava mais que a de constituinte, pela imparcialidade que exige de seu ocupante, e se declarou satisfeita em poder contribuir para ampliar o espaço de três minorias, como mulher, negra e ex-favelada.

Apenas uma vez, numa homenagem às mulheres, a Constituinte foi presidida por uma mulher, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que ontem retirou seu apoio ao Governo, acusando-o de promover a desnacionalização da economia brasileira. Benedita da Silva tornou-se, assim, a única mulher de fato a presidir a Constituinte numa sessão normal. Ela recebeu a presidência do 2º vice-presidente, Jorge Arbage (PDS-PA), que na véspera a avisara de sua intenção.

Arbage poderia passar o cargo para o 2º secretário da mesa, senador Mário Maia (PDT-AC), ou para o 3º, deputado Arnaldo Sá (PTB-SP), mas preferiu a 1ª suplente dos secretários, Benedita da Silva. "Recebi apoio integral do presidente Ulysses Guimarães, que me parabenizou pela iniciativa. Foi um fato inédito uma mulher presidir nosso trabalho e teve uma característica muito especial de mostrar que não existe discriminação nesta Casa", ressaltou o deputado Jorge Arbage.

O que o 2º vice-presidente da Constituinte não sabia é que seu desejo para que Benedita da Silva tivesse outras oportunidades de presidir a sessão fosse atendido ainda ontem.

Na fase de discussão de temas constitucionais, o deputado Arnaldo Sá teve que se ausentar da mesa por alguns momentos e a chamou de volta. Desta vez, sem o próprio Sá e o senador Mário Maia ao lado, ela se desincumbiu sozinha da missão, embora não fosse tão festejada como antes, quando diversos oradores a saudaram, e tivesse o trabalho apenas de controlar o tempo do deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), que defendia o parlamentarismo e se queixou brincando: "A presidente está com pressa porque é presidencialista".

Passar a presidência da Constituinte a Benedita da Silva foi uma questão de honra para o deputado Jorge Arbage, segundo declarou o presidente efetivo do cargo, deputado Ulysses Guimarães. Foi ele que a desbancou do posto no primeiro momento, quando a deputada acabava de abrir o período de comunicação de lideranças, chamando o deputado maranhense José Teixeira (PFL). Ulysses se despediu dela com tapinhas nas costas e ela desceu de volta ao plenário, deixando na mesa, completo, o time titular: Ulysses, Mauro Benevides, Mário Maia e Arnaldo Sá. Ausente, apenas Arbage.

ESCORREGADA

A deputada Benedita da Silva teve a sorte de presidir uma sessão "ao tranqüilo, em que só deu uma escorregada: concedeu a palavra, por ordem, ao deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), quando o deputado Ricardo Izar (PFL-SP), chamado por ela, já se encontrava na tribuna. Andrade queixou-se a ela de requerimentos de informação que apresentara à mesa em abril e até ontem estavam sem resposta. Sem entrar no mérito, a presi-

dente disse ao deputado que comunicaria suas preocupações à mesa-diretora.

O único esfrega na sessão de ontem não ocorreu sob a presidência da deputada Benedita da Silva. Logo no início, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) defendeu o governador paulista Orestes Quêrcia de acusações ou insinuações, que teriam sido feitas na véspera pelo deputado pedetista Mendes Thame, envolvendo o governador com as irregularidades que estão apuradas na Corretora Banespa. Depois veio o troço e novamente Del Bosco retrucou, mas, manso, com o cuidado de ressaltar que apenas estava defendendo Quêrcia, não invadindo contra Thame.

Cristina Tavares (PMDB-PE), acusando o Governo e o grupo Centro Democrático de promoverem a desnacionalização da economia do País, defendendo teses que "antes só o senador Roberto Campos usaria propor", disse que "a esse Governo não posso dar o meu apoio", e declarou que não arredará pé do compromisso da Aliança Democrática, do falecido presidente Tancredo Neves e do PMDB, de apoiar as eleições diretas para presidente em 88.

O deputado Arnaldo Sá (PTB-SP) pediu o desligamento do partido do prefeito Jânio Quadros. O deputado José Genoíno (PT-SP) saudou a advertência do Itamarati ao embaixador de Israel, que mandara o ofício "arrogante" aos constituintes, pedindo a retirada de nomes de abaixo-assinado pela libertação da brasileira Lamia Maruf, condenada à prisão perpétua naquele país. Roberto Freire (PCB-PE) condenou o anteprojeto da nova lei de greve do Governo como "pior que a da ditadura".